ANTI
CAPITA
LISTA

N.º 42 (SÉRIE II) – SETEMBRO 2021

DAVID HARVEY
SOBRE AS CIDADES

P. 03

CULTURAS DE
RESISTÊNCIA:
BALLROOM SCENE

P.P 06 e 07

CÓDIGO VERMELHO:

A CRISE PLANETÁRIA NO DIA A DIA

EDITORIAL

UMA NOVA ERA PARA A ANTI-CAPITA-LISTA

A partir desta 42ª edição (da segunda série, houve uma primeira com menos edições e outro formato), a *Anticapitalista* abalança-se a um crescimento que se tornou necessário. Teremos já em outubro mais páginas, para caber um dossier temático em cada mês, e para acompanhar com mais espaço a vida política e, em particular, a vida do Bloco de que fazemos parte com tanto gosto. Mais redatoras e redatores contribuirão para esse esforço e a revista chegará a mais gente.

Gostamos do que fizemos até aqui. Gostaremos ainda mais de ter mais fôlego.

Esta é uma publicação da ***Rede Anticapitalista***, em que se juntam militantes do ***Bloco de Esquerda*** que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 *Editorial,*
Uma nova era para a Anticapitalista

3 O direito à cidade nas lutas urbanas,
entrevista com David Harvey

4-5 A crise climática é uma questão de classe,
Jeremy Corbyn

Código vermelho para a humanidade,
Andreia Galvão

As previsões do IPCC,
Daniel Tanuro

6-7 Vogue e Ballroom Scene: sobre comunidade, pertença e resistência,
António Figueira

8 "O futuro já não é o que era",
Francisco Louçã

Ficha Técnica

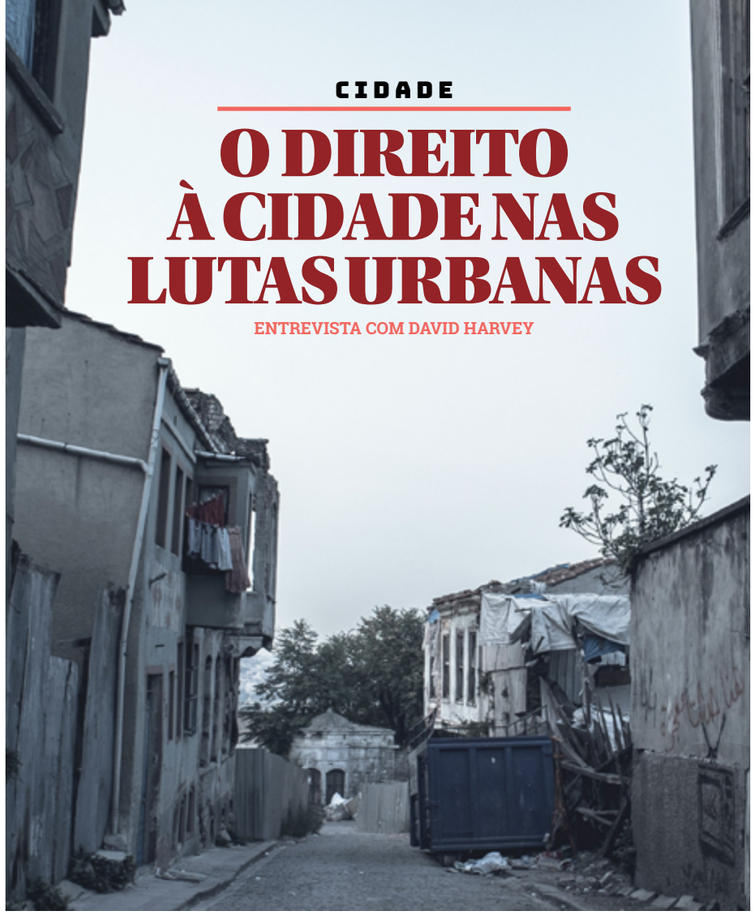
Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Andreia Galvão
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Design
Helena Borges

Participaram nesta edição
António Figueira
Andreia Galvão
Artur Renzo
Daniel Tanuro
David Harvey
Francisco Louçã
Jeremy Corbyn

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**



CIDADE

O DIREITO À CIDADE NAS LUTAS URBANAS

ENTREVISTA COM DAVID HARVEY

O geógrafo britânico David Harvey é um dos pensadores mais influentes da atualidade. Articulando geografia urbana, marxismo e filosofia social na compreensão das contradições do mundo contemporâneo, a sua obra é um forte eixo de renovação da tradição crítica. Nestes extratos de uma entrevista trata das lutas urbanas.

Em 1968, Henri Lefebvre introduzia o conceito do "direito à cidade". Ele advogava o "resgate do ser humano como o principal protagonista da cidade que construiu (…) o ponto de encontro para a vida coletiva." Tem-se referido a esse direito coletivo – de refazermos a nós mesmos e a nossas cidades – como "um dos mais preciosos, porém mais negligenciados de nossos direitos humanos." De que formas pensa que temos negligenciado esse direito humano nos últimos anos?

Se a questão de que tipo de cidade é construída depende criticamente do tipo de pessoa que queremos ser, então a ampla falência em se discutir abertamente essa relação significa que cedemos aos requisitos da acumulação do capital. Acredito que estava bem claro a seus planificadores e legisladores que a suburbanização dos Estados Unidos após 1945 não apenas ajudaria resgatar os EUA do prospecto de um retorno às condições de depressão dos anos 1930, por meio de uma ampla expansão da demanda efetiva, mas que serviria para criar um mundo social e político desprovido de consciência revolucionária ou de sentimento anticapitalista. Não é de se espantar que o movimento feminista da década de 1960 via o subúrbio como seu inimigo e que o estilo de vida suburbano foi associado a um determinado tipo de subjetividade política socialmente preconceituosa, excludente e, em último caso, racista.

Londres é elogiada como uma cidade multicultural, e talvez um componente significativo do direito à cidade seja o direito de coexistir. Ao reimaginar e refazer cidades, como podemos garantir que esse processo não se dê de forma a privilegiar ou discriminar diferentes interesses ou comunidades que nela existem?

Não há nada que garanta isso além de movimentos sociais, engajamento político ativo e a disposição de lutar por seu lugar. O conflito na e pela cidade é saudável, e não é uma patologia que intervenções estatais devam controlar e suprimir.

Vivemos em uma era digital. Em muitos casos, há quem desenvolva relações mais íntimas com pessoas a milhares de quilómetros de distância do que com seus próprios vizinhos de rua. Se é justo dizer que as cidades têm tendido, historicamente, a se desenvolver em torno de um espaço físico compartilhado, de que forma as tecnologias comunicativas que minam a preeminência de comunidades físicas/espaciais afetam a futura configuração da cidade?

As novas tecnologias são uma faca de dois gumes. Por um lado, funcionam como "armas de destruição em massa", levando as pessoas a acreditarem que a política só seria possível em algum mundo virtual. Por outro, podem ser usadas para inspirar e coordenar ação política nas ruas, nos bairros e por toda a cidade. Nada substitui corpos na rua mobilizados para ação política como vimos no Cairo, em Istambul, Atenas, São Paulo. Quando trabalham junto com política de rua ativa, as novas tecnologias podem ser um recurso fabuloso.

Coloca o seu conceito de "acumulação por desapossamento" no coração da urbanização no regime capitalista. Como analisa a importância e as potenciais armadilhas de um movimento unificado na cidade?

Acho que é vital unificar, o quanto for possível, as lutas contra o desapossamento na cidade toda. Mas fazer isso requer uma imagem precisa das formas de desapossamento e de suas raízes. Por exemplo, existe atualmente uma necessidade de montar um quadro das práticas predatórias dos incorporadores imobiliários e de seus financiadores em nível metropolitano, e começar uma luta coletiva e de toda a cidade para refrear e controlar suas práticas. Recentemente vimos uma grande inquietação urbana no Brasil tratando principalmente de custos com o transporte, mas também contra a construção de estádios para a Copa do Mundo. Então, lutas em nível metropolitano e trans-metropolitano não são impossíveis. O perigo, como sempre, é que as lutas possam esmaecer na medida em que as pessoas se cansam da luta. A única resposta é manter as lutas acontecendo e construir organizações que têm a capacidade de fazer isso (o MST no Brasil é um bom exemplo disso, apesar de não ser uma luta distintamente urbana).

Publicado em inglês no The Occupied Times of London, em agosto de 2013. A tradução é de Artur Renzo, para o *Blog da Boitempo*.

A CRISE CLIMÁTICA É UMA QUESTÃO DE CLASSE

JEREMY CORBYN

O desastre [cuja possibilidade é enunciada pelo código vermelho do relatório do IPCC] não tem que ser assim e devemos atuar com esperança, não com medo. Os cientistas dizem-nos com precisão o que sucederá com o nível dos mares, a escassez da água e os riscos para a biodiversidade se a temperatura média aumentar estes 1,5ºC ou 3ºC. Mas o motivo pelo qual não podemos antecipar a dimensão do aquecimento é que não podemos prever as nossas decisões. Como nos recorda o relatório do IPCC, estas continuam a correr por nossa conta. E se avançarmos contra os poderosos e anulamos os incentivos que o sistema concede aos que queimam o planeta, então as coisas podem ser distintas. Isto implica que os trabalhadores do mundo se mobilizem pela aprovação de um Green New Deal global na COP26 deste ano. O projeto devia ser capaz de eliminar o carbono da atmosfera, de entregar recursos aos trabalhadores e de enfrentar e eliminar a injustiça contra o Sul. Não se existe nenhum cidade do mundo que não beneficiasse de um transporte público verde, da reflorestação dos bosques, do uso de energias renováveis a nível local e dos empregos gerados por novas indústrias verdes.

A mudança climática, a pobreza e a desigualdade, o enorme fracasso coletivo que representa a falta de vacinas contra o Covid nos países mais pobres, são tudo consequências de um sistema que prioriza os multimilionários contra o resto da humanidade. A crise climática é uma questão de classe. É a gente mais pobre dos bairros operários, a das cidades contaminadas e das ilhas situadas perto do nível do mar que sofrem as consequências mais graves da crise.

Mas temos a capacidade de mudar essa situação. Em 2019, os estudantes que se manifestaram contra a mudança climática cativaram a imaginação e atenção do mundo. Se eles podem, nós também. A nossa resposta ao código vermelho deve ser o compromisso nos nossos bairros, nas instituições políticas, nas escolas e universidades, nos nossos locais de trabalho e sindicatos, para exigir viver num país habitável e com um sistema que coloque a vida humana em primeiro lugar.

Extratos de texto de 20 agosto 2021, publicado em

https://jacobinlat.com/2021/08/17/jeremy-corbyn--la-crisis-climatica-es-una-cuestion-de-clase/

CÓDIGO VERMELHO PARA A HUMANIDADE

ANDREIA GALVÃO

O painel intergovernamental para as Alterações climáticas foi criado em 1988 pela Organização Mundial Metereológica e pelo Programa Ambiental das Nações Unidas com o objetivo de providenciar aos governos em todos os níveis informação científica que pudesse determinar políticas neste sentido. Este painel é constituído por 195 membros, mas contém o contributo de milhares de cientistas de todo o mundo, apresentando formas de envolvimento e participação para quem o deseja fazer. A sua missão passa pela elaboração de relatórios que têm vindo a assumir um papel crucial nas negociações climáticas e no reforço das reivindicações feitas por ativistas climáticos em todo o mundo[1].

Este painel lançou, recentemente, o seu sexto relatório. O documento "***Climate Change 2021: The physical Science Basis***" permite-nos tirar cinco conclusões principais:

1. As alterações climáticas têm impactos globais, rápidos que se têm vindo a intensificar. Não têm precedentes com o que se tem passado nos últimos anos.
2. As alterações climáticas são indiscutivelmente causadas pelas atividades humanas, tornando as ondas de calor, secas etc mais frequentes e severas. Mais concretamente, as emissões de gases com efeitos de estufa, consequência da atividade humana, são responsáveis por aproximadamente 1,1°C.
3. Não há retorno possível nas mudanças que já se têm vivido no sistema. No entanto, algumas podem ser atrasadas ou paradas pela limitação do aquecimento.
4. As alterações climáticas vão afetar todas as regiões, de diversas formas. Estas mudanças que já temos visto vão aumentar com o aumento na temperatura global.
5. A não ser que se verifiquem cortes imediatos e de grande escala de emissões de gás, a limitação de aumento de 1.5º já estará fora de alcance.

O mundo parou por um segundo após a saída e a proclamação catastrófica feita neste relatório. O Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres apressou-se a declarar que o relatório é "um código vermelho para a humanidade", com uma evidência irrefutável: as emissões de gases a partir da queima de combustíveis fósseis e do desmatamento estão a sufocar o planeta e a colocar biliões de pessoas em risco. Este reforçou que os países, principalmente os que compõem o G-20, devem assumir a sua responsabilidade na questão da crise climática e assumir os devidos compromissos antes da próxima COP-26 que será em Glasgow, em Novembro.

A declaração de código vermelho para a Humanidade pode ser contestada pela sua declaração tão tardia e pelo eurocentrismo que evidencia por só o reconhecer quando os impactos se começam a tornar inegáveis no Norte Global.

Este código vermelho remonta há mais de quinhentos anos, quando os colonizadores europeus introduziram os seus modelos económicos extrativistas que exploraram paisagens e a maioria da população do Sul Global. Estes modelos são a fundação do nosso sistema económico atual e só se sustentam com a perpétua exploração sem limites. Este modelo económico criou sistemas sociais para a sua manutenção, como a divisão racial, a divisão de género, etc, afligindo estas comunidades já subalternizadas pela formatação sistémica de uma forma particularmente incidente.

As soluções para a crise climática são simples, mas impossíveis de efetuar sem subverter a lógica que reina no sistema e que domina todas as nossas relações económicas e sociais.

Virando-nos para a cultura contemporânea – o filme ***Matrix*** (1999) popularizou a dicotomia entre tomar a pílula vermelha ou a pílula azul. A primeira simbolizava a escolha de abraçar a verdade que nos libertaria dolorosamente enquanto a segunda era olhada como a pílula que nos permitia continuar a viver no mundo virtual, esquecendo as descobertas que nos provocaram agonia.

Podemos olhar para a nossa resposta social à crise climática da mesma forma: podemos assumir os antecedentes que originaram a maior crise com que a Humanidade já se deparou e assumir a nossa responsabilidade na resolução da mesma (por mais díficil que seja esta tomada de posição) ou podemos contentar-nos com passos tímidos na resolução da crise climático que nos preenchem com algum sentido de propósito- mesmo que não se traduzam em mudanças significativas para as comunidades da linha-da-frente do colapso do capitalismo.

É preciso pensar urgentemente sobre como podemos criar o maior movimento social de todos os tempos, que dê legitimidade social a mudanças sem precedentes em todos os setores da nossa sociedade. Precisamos de nos relembrar que estamos a lutar pelas nossas vidas. Uma vez que nem todas podemos sonhar em acompanhar o Elon Musk e construir uma vida num novo planeta, sabemos que esta Terra é tudo o que temos para assegurar o nosso presente e o nosso futuro. Para o defender precisamos de todas as pessoas.

Mas como é que se cria esse movimento se as pessoas mais afetadas pela crise climática (as do Sul Global,as mulheres, as comunidades racializadas, as mulheres, as pessoas LGBT+, quem trabalha, etc) não dispõe das ferramentas, do tempo ou do poder político para fazer essas exigências?

Isso implica que a luta climática precisa de criar alianças com as comunidades, com as forças políticas que entendem que o caminho a seguir terá de passar por mudanças estruturais no nosso sistema sócio-económico, alterando os modos de produção, de consumo ao invés de insistir na culpabilização pessoal e na aposta nos projetos de greenwashing[2]. A luta por justiça climática tem de ser uma ferramenta para as pessoas que mais precisam dela, para que possam assegurar a sua segurança face às fragilidades do sistema, não podendo ser um instrumento de manutenção e reprodução da classe social dominante.

A feminista norte-americana Kimberly Crenshaw cunhou o termo "interseccionalidade" que é uma teoria que pretende encontrar laços de opressão entre as experiências de identidade pessoal (como a discriminação étnico-racial, machista, de classe, etc) para fortalecer um movimento de resistência ao sistema que coloca as nossas vidas em risco. Trocando por miúdos, é uma teoria que se foca no que temos em comum e como isso pode criar comunidades com força. Precisamos de avançar na construção de um plano social e económico, construído democraticamente, que coloque a vida, a justiça no centro. Talvez isso pareça utópico para quem está a ler este artigo. Talvez seja. Mas por vezes (e nesta questão em específico), o utópico reflete o necessário e o caminho que deve dar ênfase às nossas exigências. Porque, agora, não podemos mesmo fechar os olhos. Se há algo que a crise climática nos ensinou é que a realidade não é negociável.

[1] ***https://www.ipcc.ch/about/***

[2] ***https://www.csustentavel.com/faq-2/o-que-e-o--greenwashing/***

Andreia Galvão é ativista estudantil e climática.

AS PREVISÕES DO IPCC

DANIEL TANURO

- A temperatura média da superfície do globo aumentará provavelmente entre 1,6ºC (+/-0,4ºC) entre 2041 e 2060 (em relação à era pré-industrial.
- Não se trata de médias: é quase certo que a temperatura na terra aumentará mais depressa do que nos oceanos (provavelmente 1,4 a 1,7 vezes mais depressa. É igualmente quase certo que o Ártico continuará a aquecer mais depressa que a média global (talvez duas vezes mais depressa), o que acentua a libertação de metano, um dado que não é completamente integrado nos modelos.
- Na terra, as vagas de calor que se produziam uma vez cada dez anos produzir-se-ão quatro vezes cada dez anos, e as que se produziam uma vez cada cinquenta anos produzir-se-ão nove vezes.
- É quase certo que o nível dos oceanos subirá 0,28 a 0,55 metros neste século, em relação a 1995-2014.
- Um dos acontecimentos mais prováveis é o colapso da corrente oceânica chamada AMOC (Atlantic Meridional Overturning Circulation). O seu enfraquecimento é muito provável no século, mas a amplitude do fenómeno é um ponto de interrogação. Provocaria provavelmente oscilações abruptas nos climas regionais e nos ciclos da água, tal como uma deslocação para o sul da cintura das chuvas tropicais, um enfraquecimento das monções em África e Ásia, um reforço das monções no hemisfério sul e secas na Europa.

Daniel Tanuro é um ativista climático, publicou uma análise do relatório do IPCC em "Au bord du gouffre. Le scénario que le GIEC ne modélise pas".

LGBTQ+

VOGUE E BALLROOM SCENE: SOBRE COMUNIDADE, PERTENÇA E RESISTÊNCIA

ANTÓNIO FIGUEIRA

Entre as décadas de 60 e 80, o Harlem, nos EUA, viu crescer a arte de quem tinha sido marginalizado, expulso, espancado, morto. Homens gays, mulheres trans e pessoas *queer*, maioritariamente negras e latinas (não nos esqueçamos), encontraram, na exclusão, uma comunidade que também era sua: um livro no qual as linhas eram passos de dança e as mãos contavam cada história que por ali passava. Apesar de silenciadas, pobres e lançadas para a vala da precariedade laboral e segregação social, estas comunidades levantaram pilares e construíram o legado e o caminho de hoje. Hoje, quando celebramos a cultura criada em volta de Rupaul's Drag Race, de Pose, de Paris is Burning ou até do Vogue de Madonna, resta-nos olhar para o passado e pensar o futuro com a marca d'água daquelas que caminharam para podermos desfilar.

A VIOLÊNCIA NAS RUAS

Assim, falemos de ballroom scene: enquanto as ruas eram palco de violência e preconceito, faziam-se surgir, em armazéns, grandes salões e casas residenciais, pistas de dança improvisadas onde a liberdade era a regra e as bichas, mulheres trans e pessoas *queer* eram as protagonistas. A autenticidade, a excentricidade e a beleza da feminilidade faziam-se acompanhar, musicalmente, por grandes artistas de vanguarda tais como Whitney Houston, Mariah Carey, Judy Garland, Janet Jackson, Diana Ross, Kate Bush e muitas outras que davam voz e ritmo ao movimento dos corpos. Na pista de dança, a performance improvisada era um agente político que ultrapassava os limites convencionais da arte e se apresentava como um manifesto à libertação sexual, corporal e social destas pessoas; ali, a presença de cada uma delas era uma afirmação e um berro contra o silêncio ensurdecedor que, todos os dias, matava irmãs e amigas.

Nas diversas categorias da ballroom scene, o grande objetivo comum era a desconstrução total e completa, mas também a interpretação de um papel que, à luz da condição daquelas pessoas, nunca seria atingível por elas próprias. Chamavam-lhe "realness", justamente por ser uma atuação que pretendia ser o mais fiel à realidade. Por isso, as participantes abraçavam a delicadeza e a subtileza dos corpos femininos, através do voguing que replicava as poses das modelos estampadas na revista norte-americana Vogue, ao passo que, por exemplo, mulheres trans desfilavam em roupas customizadas, muitas vezes desenhadas e costuradas por elas próprias, para personificar e representar o papel de mulheres brancas e cisgénero que se estabeleciam socialmente sob os padrões do *status quo* vigente. Opulência, capa de revista, família real e mãe de família são alguns dos exemplos que encabeçavam desfiles e performances, no sentido de dar a estas pessoas a possibilidade de, por uma noite, pertencerem a um padrão social e cultural muito distante da sua condição e daquilo que alguma vez poderiam almejar fora daquela arena.

Lado a lado com a discriminação e a desinformação sobre comunidades LGBTQ+, crescia a pandemia do HIV e, claro, o estigma sob comunidades marginalizadas. Mais uma vez, estas comunidades marchavam contra a ignorância propagada pelos veículos de informação e combatiam a ideia de castidade que a Igreja apresentava como forma de evitar a campanha a favor do uso de preservativo. Era, no entanto, naqueles armazéns e espaços improvisados que crescia a revolta de uma comunidade e se semeava a informação que não passava pelos veículos da cultura dominante e que massacrava milhões de pessoas ao redor do mundo. Todos os dias, pessoas *queer* eram automaticamente vistas como doentes e rejeitadas pelos próprios lares. Todos os dias, pessoas *queer* eram expulsas de casa, enviadas para tratamentos de reconversão, violentadas e silenciadas; mais tarde, resgatadas pela ballroom scene.

CONCURSOS OU AFIRMAÇÃO?

Desta forma, a ballroom culture ultrapassava os limites de uma competição. As participantes competiam através de "houses", onde encontravam uma família, um lar, um prato à mesa. Era nestas casas, com a orientação das "mães" e "pais" não-biológicos, mas de coração, que crianças e jovens, rejeitadas pela família biológica, encontravam o conforto de um seio familiar onde ser elas próprias era a fórmula. Enquanto o mundo ao redor destas pessoas as anulava, violentava e silenciava, elas próprias criavam um novo padrão de quotidiano e um conjunto de novas regras sobre ser, estar, viver. Não existia uma obrigação de consanguinidade, de ligação biológica: toda a construção social de família desfazia-se na criação de algo muito maior: a união de pessoas que só se tinham umas às outras e cujos laços ultrapassavam a necessidade da validação social heteronormativa.

Hoje, a cultura de ballroom estende-se ao mundo inteiro e toma proporções branqueadas pelo neoliberalismo e pelos interesses do sistema capitalista: assistimos, a passos largos, a uma transformação de uma cultura tão própria e rica – desenhada e elevada por pessoas negras e latinas, lembremo-nos – que é, agora, engolida pelo pinkwashing de empresas e entidades que lhe retiram toda a carga política e anulam o passado militante de quem deu a cara nos primórdios da criação. Antes do "Vogue", de Madonna, o Harlem já existia; as casas já existiam; as batalhas já existiam; estas pessoas já resistiam. Esquecer os seus nomes e transformar o vogue numa marca ou numa simples dança é recuar toda uma história atrás e invalidar aquilo que foi feito por quem olhava para estes círculos como uma única forma de sobrevivência.

Cá estaremos para repetir, as vezes que forem necessárias, que a apropriação feita em cima do voguing e da ballroom scene não é fiel àquilo que estava na génese do projeto. O voguing não é um fetiche burguês, uma provocação sexual, um filho da pop culture. É, sim, o fruto de uma cultura marginal com uma carga política fortíssima e, acima de tudo, uma afronta ao padrão cultural dominante e ordinário. Não nasceu com as estrelas, em academias de dança ou em estúdios de produtoras bem sucedidas: nasceu no Harlem, no Bronx, por pessoas racializadas e pobres, para veicular as suas exclamações e criar uma voz que nunca lhes tinha sido dada.

Assim, se nos dias de hoje, em Portugal, podemos assistir ao início de um projeto que se constrói em volta da comunidade de baile, também é verdade que é importante preservar todo o legado e história daquilo que significa tudo isto: e, claro, manter essas origens vivas sem dar a mão a quem as quer revogar. Não negociamos, não nos vendemos, não somos mercadoria e, como tal, não deixaremos que a beleza de uma história se resuma àquilo que não é. A cultura ballroom é, sim, uma história contada e protagonizada por pessoas negras e latinas, transgénero, que não é complacente com alienação e capitais financeiros. É uma história sobre pessoas, sobre vidas, sobre narrativas que importam ser estimadas, divulgadas e celebradas.

CONTRA A VIOLÊNCIA, A LIBERDADE

No entanto, se é verdade que o fenómeno *mainstream* trouxe o vogue aos grandes palcos e tentou branquear a sua carga política, também o é que o mundo parou, sentou-se e olhou para algo que, durante anos, circulou unicamente nos subúrbios de Nova Iorque. Hoje, mais uma vez, é de nossa responsabilidade todo o trabalho de preservação e enaltecimento de uma cultura tão própria e que hasteou bandeiras de luta, resistência e liberdade, em tempos onde esses valores pareciam escassos. Carregamos o legado daquelas que se atreveram a erguer o queixo contra a violência policial, daquelas que construíram uma comunidade onde ser *queer* é ser livre. Se hoje combatemos a pandemia do Covid-19 a par da ascenção de ideologias fascistas, havemos de ir buscar forças aos ícones que, também em tempos de pandemia, estiveram na linha da frente das vanguardas culturais e artísticas; foram carne para canhão, mas nunca descalçaram o salto e nunca tiraram o batom. Como elas, também nós, bichas, seremos resistência. Não nos esquecemos.

António Figueira é ativista LGBTQ+.

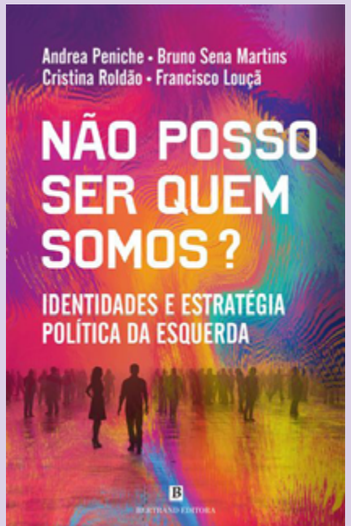
"PORQUE É QUE NÃO POSSO SER QUEM SOMOS?"

O livro, publicado este ano, é uma obra coletiva de Andrea Peniche, Bruno Sena Martins, Cristina Roldão e Francisco Louçã (Bertrand, 2021), e discute a questão das identidades e dos movimentos coletivos na cultura das esquerdas. Escreve-se na introdução:

"As redes sociais passaram a albergar e a destacar uma ecologia de discursos de ódio e de *fake news* que repudiam as conquistas das mulheres e das pessoas LGBT+, bramindo contra o que chamam "ideologia de género"; que difamam os grupos racializados e as lutas antirracistas, apontando-lhes ora um suposto "racismo inverso", ora a usurpação de dinheiros do Estado; que atacam as pessoas desempregadas e pobres (…).

Bem podemos perguntar-nos como se chegou aqui. Este livro resulta dessa inquietação. O que deve a esquerda fazer agora no novo mapa político para contrariar as ameaças, mas também para se reorganizar para além da contrarresposta? Responder a estas questões é uma forma de contestar a certeza triunfante de Steve Bannon, que foi o ideólogo da campanha de Trump, e que se vangloriava de levar os seus opositores a uma armadilha: «Quero que [eles] falem de antirracismo todos os dias. Se a esquerda está focada em raça e identidade e nós avançamos com o nacionalismo económico, esmagamos os democratas». Se isto fosse certo, a vitória da direita radical seria facilitada pela defesa dos direitos humanos, do feminismo e antirracismo, por exemplo. A implicação seria gigantesca: deveríamos abandonar a defesa dos direitos das mulheres, dos grupos racializados ou de outros grupos oprimidos, logo agora que estão em risco acentuado?

Pondo a questão de outro modo, devemos perguntar se as esquerdas se distraíram com a defesa do antirracismo ou do feminismo, ou dos direitos LGBT+, ou de outras identidades, ou ainda se essa atuação implica esquecer o povo, como Bannon sugere e festeja. Não esqueceremos essa discussão. Em todo caso, antes de prosseguirmos, notámos que, mesmo que alguém pensasse por um momento que essa mudança de atenção tenha ocorrido, ainda teria de demonstrar que existe uma fronteira entre o povo e os direitos sociais, que a defesa desses direitos perturba a afirmação de uma alternativa social, ou que o povo rejeita os direitos das mulheres (não são a maioria do povo?), ou dos grupos racializados (não são povo?), ou das pessoas em função da sua orientação e identidades sexuais (também não são povo?). Demonstraremos neste livro que teorias como a de Bannon são historicamente erradas, não correspondem à realidade dos factos e são mistificações ideológicas."



O FUTURO JÁ NÃO É O QUE NUNCA FOI
UMA TEORIA DO PRESENTE

FRANCISCO LOUÇÃ

Quais são então os pontos das grandes viragem do nosso presente, nestes anos difíceis e tão incertos do século XXI? Há pouco, dir-se-ia facilmente que o acontecimento com mais consequências terá sido a eleição de Trump em 2016. Há boas razões para não secundarizar esse processo, dado que, mesmo com a sua derrota em 2020, o trumpismo ficou e mudou o mapa da política internacional, promovendo Bolsonaro e outras figuras. Ou poderia assinalar-se o ascenso de Xi Jinping, que preside à China desde 2013 e se consolidou no poder, sabendo-se que o reforço do seu domínio e a afirmação do seu país como potência de primeiro plano altera a ordem mundial, mesmo que essa disputa pela hegemonia ainda esteja longe de estar resolvida. Ou poderíamos fixar-nos nas eleições europeias de 2019, que deram vantagem à extrema-direita no velho continente, revelando como se elevam o que até há pouco foram mudanças subterrâneas, ou na substituição de Merkel na Alemanha em finais de 2021. Poder-se-ia igualmente dizer que terá sido, antes disso, a viragem da Google para a exploração dos dados comportamentais dos utilizadores da internet, a partir de 2002, cujos efeitos sistémicos só começariam a ser notados uma dúzia de anos depois. Ou o colapso financeiro de 2008, que levantou o véu sobre a traficância financeira designada como globalização. Ou a pandemia, com maiores consequências, muitas das quais discutirei nos capítulos seguintes.

Em todas estas bifurcações, os três movimentos mais poderosos são os de fundo: a potenciação do capitalismo de vigilância, em primeiro lugar, que é impulsionada pelos processos de datificação e plataformização; a multiplicação dos instrumentos da tecnologia da conformação e tribalização, incluindo a necropolítica, em segundo lugar; e, finalmente, a tendência de redução da democracia a espaços de representação cerimonial, polarizando a política por via da bufonaria. Estes três movimentos expressam a estruturação do capitalismo tardio. (...)

Nele, toda a vida passaria a ser dados, toda a comunicação passaria a ser online, toda a relação social passaria a ser na rede. Neste contexto, a plataforma é o centro da produção de bens e conhecimentos em que nos reproduzimos a nós próprios como dados, gerando uma acumulação de excedentes através da criação de valor e também da extração de informação monetarizável sobre a nossa existência. A datificação da nossa vida sob o capitalismo tardio é a forma mais completa, portanto mais totalitária, do poder social. Essa nova dimensão da alienação promove a ilusão da identidade, a rede é também um lugar de devaneio. Sérgio Buarque de Holanda, no seu clássico *Raízes do Brasil*, chamava *bovarismo* a uma forma específica de negação do real e à sua substituição por uma fantasia, inspirado pela figura literária da Madame Bovary. A fantasmagoria contemporânea talvez seja mais vasta do que esse bovarismo ingénuo e narcísico, pois é impulsionada por uma tecnologia de amplificação que absorve mais de metade da população planetária. Nunca houve um poder tão universal na história da humanidade.

(extrato da introdução do livro)